



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

ATA DE REUNIÃO		
CONVOCADO POR: DES. JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR.		DATA: 30/01/2024
PARTICIPANTE	CARGO/SETOR	MODO DE PARTICIPAÇÃO
JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR	DESEMBARGADOR CORREGEDOR DA CGJPA	PRESENCIAL
LÚCIO BARRETO GUERREIRO	JUIZ AUXILIAR DA CGJPA	PRESENCIAL
HORÁCIO DE MIRANDA LOBATO NETO	JUIZ DE DIREITO - NUCLEO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	PRESENCIAL
DAVID JACOB BASTOS	JUIZ DE DIREITO - NUCLEO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	PRESENCIAL
ANDRE FILOCREAO GARCIA DA FONSECA	JUIZ DE DIREITO - NUCLEO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	PRESENCIAL
ANDRE MONTEIRO GOMES	JUIZ DE DIREITO - NUCLEO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	PRESENCIAL
LUCIANA LIMA ALBUQUERQUE	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO	PRESENCIAL
IBRAIM JOSÉ ROCHA	SECRETARIA DE IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS	PRESENCIAL
INDARA ROMIE	SECRETARIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE	PRESENCIAL
VANDERSOM QUARESMA	CODEM	PRESENCIAL
JESSICA MACIEL	CREA-PA	PRESENCIAL
GIROLAMO TRECCANI	FETAGRI	PRESENCIAL
GABRIEL NATÁRIO	ITERPA	PRESENCIAL
LULY FISCHER	UFPA	PRESENCIAL
ROSA PAES	INSTITUTO TECNOLÓGICO VALE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	PRESENCIAL
MARCOS SOLANO	FAEPA	PRESENCIAL
ETELVANA JACOVACCI	REGISTRADORA DE IMOVEIS DE ANANINDEUA	PRESENCIAL
VANESSA MENEZES	REGISTRADORA DE IMOVEIS DE BREU BRANCO	PRESENCIAL
SANDRA ALVES	REP. SECRETARIA DE HABITAÇÃO DE MARITUBA	PRESENCIAL
LENA VÂNIA	OUVIDORIA AGRÁRIA DO TJPA	PRESENCIAL
CARLOS PEREIRA	OUVIDORIA AGRÁRIA DO TJPA	PRESENCIAL

LAISSA ANDRADE	ASSESSORA JURÍDICA - PREFEITURA DE PARAUPEBAS	ON LINE
GUSTAVO MAFRA	SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO URBANA - ALTAMIRA	ON LINE
JESSICA CABRAL	IDURBE- CANAÃ DOS CARAJAS	ON LINE
RONALDO COELHO ALVES BARROS		ON LINE
MONIQUE SOARES LEITE	ANALISTA JUDICIÁRIO	PRESENCIAL

#### ASSUNTOS DISCUTIDOS

#### DEVOLUTIVAS SOBRE OS ENCAMINHAMENTOS DELIBERADOS NA ÚLTIMA REUNIÃO (11.12.2023)

- 1) APRESENTAÇÃO, PELA SPU, DO RESULTADO DA SUBMISSÃO DA MINUTA DO ACT, ELABORADO PELA PROF LULY FISCHER, A SPU-DF

**SITUAÇÃO:** SPU deverá manifestar-se na reunião;

- 1) ATUALIZAÇÃO SOBRE OS IMPACTOS DO AVANÇO DAS OBRAS NA TERRA FIRME SEM O ANDAMENTO DA REURB NO BAIRRO, SOB RESPONSABILIDADE DA UFPA, SPU e CODEM;

**SITUAÇÃO:** Codem e UFPA deverão manifestar-se na reunião;

- 2) SEMANA NACIONAL SOLO SEGURO 2024: MOBILIZAÇÃO JÁ INICIADA PELO CNJ – PROVOCAÇÃO AOS MUNICÍPIOS QUE FIRMARAM ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM O TJPA PARA APRESENTAÇÃO DAS PROJEÇÕES DE ENTREGA DE TÍTULOS REGISTRADOS EM 2024, PARA MONITORAMENTO E CONTROLE DESSES DADOS

- 3.1. REURB NO MUNICÍPIO DE BELÉM: INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DO CRONOGRAMA E PROJEÇÃO DE ENTREGA DE TÍTULOS PARA A SEMANA SOLO SEGURO 2024;

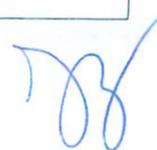
**SITUAÇÃO:** Codem deverá manifestar-se na reunião;

- 3.2. REURB NO MUNICÍPIO DE ANANINDEUA:

- 3.2.1. INFORMAÇÕES SOBRE O PROJETO DE ASSENTAMENTO DAS COMUNIDADES WARAO, NA ILHA DE SASSUNEMA, ASSEGURANDO A OBSERVÂNCIA DA CONVENÇÃO 169 NA ADEQUAÇÃO DO PROJETO, PRIORIZANDO A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA POR MEIO DOS QUINTAIS AGROFLORESTAIS;
- 3.2.2. CUMPRIMENTO DO CRONOGRAMA E PROJEÇÃO DE ENTREGA DE TÍTULOS REGISTRADOS NO CONTEXTO DA SEMANA SOLO SEGURO;

SITUAÇÃO: O município de Ananindeua deverá manifestar-se;

- 3.3. REURB NO MUNICÍPIO DE MARITUBA: INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DO CRONOGRAMA E PROJEÇÃO DE ENTREGA DE TÍTULOS PARA A SEMANA SOLO SEGURO 2024;
- 3.4. REURB NO MUNICÍPIO DE ALTAMIRA: INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DO CRONOGRAMA E PROJEÇÃO DE ENTREGA DE TÍTULOS PARA A SEMANA SOLO SEGURO 2024;
- 3.5. REURB NO MUNICÍPIO DE BREU BRANCO: INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DO CRONOGRAMA E PROJEÇÃO DE ENTREGA DE TÍTULOS PARA A SEMANA SOLO SEGURO 2024;
- 3.6. REURB NO MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DO CRONOGRAMA E PROJEÇÃO DE ENTREGA DE TÍTULOS PARA A SEMANA SOLO SEGURO 2024;
- 3.7. REURB NO MUNICÍPIO DE CURIONÓPOLIS: INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DO CRONOGRAMA E PROJEÇÃO DE ENTREGA DE TÍTULOS PARA A SEMANA SOLO SEGURO 2024;
- 3.8. REURB NO MUNICÍPIO DE CANAÃ DOS CARAJÁS INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DO CRONOGRAMA E PROJEÇÃO DE ENTREGA DE TÍTULOS PARA A SEMANA SOLO SEGURO 2024;
- 3.9. NOVOS TERMOS DE COOPERAÇÃO FIRMADOS:
  - 3.9.1. MUNICÍPIO DE CAMETÁ;
  - 3.9.2. MUNICÍPIO DE PORTEL;
  - 3.9.3. MUNICÍPIO DE NOVO REPARTIMENTO;
  - 3.9.4. ITAITUBA;
  - 3.9.5. TUCURUÍ
  - 3.9.6. CAPITÃO POÇO;
  - 3.9.7. SANTARÉM;
  - 3.9.8. CAPANEMA



3.10. MUNICÍPIOS QUE SOLICITARAM ADESÃO AO REGULARIZAR APÓS 15/12/2023, COM DOCUMENTAÇÃO AINDA EM FASE DE PREPARAÇÃO:

- 3.10.1. ACARÁ (Falta o envio do Plano de Trabalho, Termo de Anuência e documentação pelo município)
- 3.10.2. PARAGOMINAS Falta o envio do Plano de Trabalho, Termo de Anuência e documentação pelo município)
- 3.10.3. ULIANÓPOLIS (Falta o envio do Plano de Trabalho, Termo de Anuência e documentação pelo município)
- 3.10.4. SÃO MIGUEL DO GUAMÁ (Registrador enviou, em 24/01/2024, o termo de anuência assinado e o processo administrativo já formalizado em 25/01/2024);
- 3.10.5. OEIRAS DO PARÁ (Formalizado em 26/01/2024);

4. INFORMAÇÃO SOBRE O ANDAMENTO DO PROJETO ATLAS JURÍDICO FUNDIÁRIO.

SITUAÇÃO: FAMEP deverá manifestar-se.

5. O QUE OCORRER

A REUNIÃO FOI ABERTA ÀS 10H30.

DISCUSSÕES/DEBATES:

DES. JOSÉ ROBERTO – CGJ – AGRADECEU A PARTICIPAÇÃO DE TODOS. PASSOU A PALAVRA AO DR. LÚCIO

LÚCIO GUERREIRO – CGJ – ITEM 1 DA PAUTA.

MARCUS SOUZA – SPU – ACONTECERAM ALGUNS ATROPELOS. NO ÂMBITO DA SPU JÁ FECHARAM A MINUTA EM REVISÃO COM A UFPA. HÁ NOTA TÉCNICA DA CARACTERIZAÇÃO. A SEÇÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA ESTÁ TERMINANDO O TRABALHO NESTE MOMENTO POR TER NECESSITADO DA COLETA ADICIONAL DAS INFORMAÇÕES DA UFPA. FOI FINALIZADO E SE COMPROMETEU A ENVIAR AINDA HOJE PARA BRASÍLIA. QUE ASSIM QUE SUBIR O ARQUIVO, INFORMARÁ À CGJ PARA QUE AJUDE NA INTERLOCUÇÃO COM O CNJ. PEDIU PARA APRESENTAR A MINUTA E A REPASSAR AO CONTATO DO VANDERSON (CODEM). ANTECIPANDO A UMA DEMANDA QUE CERTAMENTE BRASÍLIA VAI REPASSAR É O DIMENSIONAMENTO REAL DO QUANTITIVO DE TÍTULOS A SEREM ENTREGUES. DEVEM DISPOR DESSA INFORMAÇÃO DE FORMA PRECISA MESMO ANTES DE BRASÍLIA SE MANIFESTAR. QUE NÃO SERÁ POSSÍVEL UMA PRECISÃO DE 100% DADA A NECESSIDADE DE DILIGÊNCIAS ADICIONAIS EM RAZÃO DE MUITAS UNIDADES SE SUBDIVIDIREM EM DUAS, TRÊS CASAS. MAS SE

PUDEREM TER UM MAIOR NÍVEL DE PRECISÃO ANTES DA PRÓXIMA REUNIÃO DO GEDSUP, SERIA O IDEAL.

PROFª LULY FISCHER: QUANDO SERÁ A REUNIÃO?

MARCUS SOUZA – SPU – ASSIM QUE EU ENVIAR ELES CONVOCAM NA QUARTA, MAS ACHO DIFÍCIL CONSEGUIREM PARA ESSA SEXTA. OCORRE ÀS SEXTAS. É NECESSÁRIO DE UM CHECK LIST PARA VOTAÇÃO. MAS SE CONSEGUIREM PARA A PRÓXIMA SEXTA, PEDE AJUDA DO CNJ EM BRASÍLIA PARA COLOCAR EM VOTAÇÃO. MESMO QUE NÃO SEJA UM NÚMERO PRECISO TALVEZ A MINISTRA VENHA DE ACORDO COM O QUANTITATIVO. QUE GARANTE QUE HOJE A MINUTA SOBE PARA BRASÍLIA.

PROFª LULY FISCHER: JÁ POSSUEM HOJE ESSE QUANTITATIVO ORGANIZADO E GEORREFERENCIADO. HOJE, EM TESE, HÁ 04 MIL PROCESSOS PRONTOS, AGUARDANDO APENAS A TITULAÇÃO E PRECISAM SER ATUALIZADOS. MAS JÁ PODEM SER ENCAMINHADOS PARA TITULAÇÃO. QUE NA ÁREA DA UFPA HÁ EM TORNO DE 20 MIL LOTES E HÁ ESTUDO ESTATÍSTICO DEMONSTRANDO A EXISTÊNCIA DE 02 OU 03 MORADIAS POR LOTE, BASTANDO CÁLCULO ARITIMÉTICO PARA DIMENSIONAR. ESSES TRABALHOS JÁ ESTÃO ESCRITOS, BASTA QUE A SPU INFORME O QUE SERÁ PRECISO. ESTEVE EM BRASÍLIA COM A SPU E FOI APRESENTADA DEMANDA PARA CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL DESSA ÁREA, PERGUNTA SE PODE ENCAMINHAR ESSAS INFORMAÇÕES CONJUNTAMENTE. INCLUSIVE HÁ UM DIAGNÓSTICO PRÉVIO SOBRE QUANTAS ÁREAS PODEM SER REGULARIZADAS DE FORMA COLETIVA E DE FORMA INDIVIDUAL. SÃO TRABALHOS PRONTOS E ATUALIZADOS.

MARCUS SOUZA – SPU – PODEM REUNIR HOJE À TARDE? O PESSOAL DA CARACTERIZAÇÃO E DA REGULARIZAÇÃO O ACOMPANHARIAM.

PROFª LULY FISCHER: FARÁ VERIFICAÇÃO COM A PROFª MYRIAN E KELLY E DARÁ RETORNO AINDA HOJE.

MARCUS SOUZA – SPU – OK. MAS HOJE SOBE. SE JÁ PUDER SUBIR COM ESSA INFORMAÇÃO FACILITA O TRABALHO DELES LÁ PARA UMA DEFINIÇÃO.

LÚCIO GUERREIRO – CGJ – ENTÃO JÁ PODE ENTRAR EM CONTATO COM O CNJ AMANHÃ?

MARCUS SOUZA – SPU: SIM, A MINUTA JÁ SOBE HOJE.

LÚCIO GUERREIRO – CGJ – COMUNIQUE QUE ENTRAREMOS EM CONTATO COM O CNJ.

MARCUS SOUZA – SPU: OK. VOCÊS IRÃO TRATAR ALGO SOBRE A REURB NOS MUNICÍPIOS?

LÚCIO GUERREIRO – CGJ – SIM



MARCUS SOUZA – SPU: ENTÃO VAMOS ESPERAR O ITEM ESPECÍFICO PARA VOLTAR A FALAR.

LÚCIO GUERREIRO – CGJ – ITEM 02 DA PAUTA.

MARCUS SOUZA – SPU: – PROFESSORA LULY, ANTES DE MAIS NADA, A SEOP ESTÁ SENDO CHAMADA PARA ESTA MESA? ACHO IMPORTANTE CHAMAR PARA A MESA POIS ASSIM QUE FOR ASSINADO O ACORDO HAVERÁ IMPACTO NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DE PAGAMENTO DAS INDENIZAÇÕES (DESAPROPRIAÇÕES). SERIA IMPORTANTE CHAMAR A SEOP PARA DEBATE PÓS ASSINATURA DO ACORDO.

PROFª LULY FISCHER – TRAZENDO UMA BREVE INFORMAÇÃO SOBRE AS OBRAS DA TERRA FIRME, ESSA PARTE ADMINISTRATIVA DAS DESAPROPRIAÇÕES É DE RESPONSABILIDADE DA SEOP MAS TODOS OS PARECERES SÃO DE RESPONSABILIDADE DA PGE QUE ESTÁ ACOMPANHANDO A QUESTÃO. HÁ 04 FRENTES DE TRABALHO: LAGO VERDE, SAPUCAJUBA, CIPRIANO SANTOS E PARTE DA PERIMETRAL RELATIVA À AV. LIBERDADE. DESSAS 04 ÁREAS FOI PEDIDA AUTORIZAÇÃO DE OBRA APENAS NA ÁREA DO LAGO VERDE QUE AINDA NÃO FOI RESPONDIDA PELA UFPA. ATÉ ONDE TEM CONHECIMENTO, HÁ UM PARECER NORMATIVO DA PGE, FRUTO DE UMA NEGOCIAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA QUE REPRESENTA OS MORADORES, PARA QUE TODAS AS PESSOAS QUE TENHAM DIREITOS REAIS RECONHECIDOS POSSAM SER INDENIZADAS NA PROPORÇÃO DESSES DIREITOS. CASO SEJAM RETOMADAS AS ATIVIDADES, AS ÁREAS PRIORITÁRIAS DEFINIDAS NO ITEM 1.1 DA MINUTA, DAS 20 MIL PARCELAS, HÁ APROXIMADAMENTE 06 MIL PARCELAS EM ÁREAS DE INTERVENÇÃO DIRETA DE INTERESSE DO ESTADO. EXISTE A PRIORIZAÇÃO DESSAS ÁREAS PELA UFPA PARA REGULARIZAÇÃO NESTA PRIMEIRA ETAPA. APÓS A REUNIÃO DE DEZEMBRO, ACRESCENTA QUE O DR MARCUS TAMBÉM OPTOU POR COLOCAR PARA DELIBERAÇÃO DE BRASÍLIA A POSSIBILIDADE DE REGULARIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS EXISTENTES NAS ÁREAS, INCLUINDO SISTEMAS VIÁRIOS E OBRAS. CASO O ACORDO SEJA APROVADO DA FORMA COMO ELE SE ENCONTRA, TALVEZ A AUTORIZAÇÃO DE OBRA SERÁ DESNECESSÁRIA, COM A ANUÊNCIA DO ESTADO, O QUE FACILITARÁ O ANDAMENTO DA OBRA. HÁ UM PROCEDIMENTO EM ANDAMENTO NO 7º CEJUSC RELATIVA À REGULARIZAÇÃO DESSA ÁREA MAS COMO A SPU NUNCA GERENCIOU A ÁREA DIRETAMENTE (E CO-PROPRIETÁRIA) E NA ÚLTIMA SESSÃO DE CONCILIAÇÃO A AGU NÃO COMPARECEU, MAS PROTOCOLOU UMA MANIFESTAÇÃO ALEGANDO QUE DESCONHECIA O TOTAL DE PESSOAS AFETADAS POR ESSA OBRA, MESMO APÓS 60 DIAS AGUARDANDO ESSA MANIFESTAÇÃO, ELA FOI INCONCLUSIVA, O QUE SUSPENDEU O PROCESSO DE MEDIAÇÃO JUDICIAL. ESPERA QUE ISSO SEJA RESOLVIDO COM ACT E A MANIFESTAÇÃO MUDE PARA DAR CONTINUIDADE AO PROCESSO DE MEDIAÇÃO NA ÁREA.

MARCUS SOUZA – SPU - ESSE PROCESSO DE MEDIAÇÃO, O ACT NÃO RESOLVERIA?



PROFª LULY FISCHER – DEPENDE DO TEMPO QUE O ACT VAI PRECISAR PARA SER PROCESSADO. O PROCESSO DE MEDIAÇÃO QUE TEMOS AGORA É PORQUE A OBRA PRECISA CONTINUAR. É UMA DEMANDA URGENTE. A ÚNICA POSSIBILIDADE, CASO O ACT NÃO SEJA ASSINADO, E NÃO COMECEM A SER EXECUTADAS ESSAS ÁREAS PRIORITÁRIAS, É A POSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO JUDICIAL DAS CONCESSÕES ESPECIAIS PARA FINS DE MORADIA PARA ESSES MORADORES. É POSSÍVEL ESSA VIA. COM A ANUÊNCIA PARA NÃO JUDICIALIZAR UMA MILHARES DE PROCESSOS. PARA QUE ESSAS PESSOAS CADASTRADAS TENHAM O RECONHECIMENTO, POR SENTENÇA, DOS SEUS DIREITOS REAIS. É UMA VIA IDENPENDENTE DO ACT PARA QUE ELAS SEJAM REGULARIZADAS AUTOMATICAMENTE NO CARTÓRIO.

MARCUS SOUZA – SPU: TEM A QUESTÃO DA COMPETÊNCIA, MAS VAMOS TORCER PARA QUE O “PLANO A” DÊ CERTO.

MARCOS SOLANO – FAEPA: QUANTOS ANOS TEM ESSA OBRA?

PROFª LULY FISCHER – ESSA OBRA É RELATIVAMENTE RECENTE. COMEÇOU EM 2019. NA VERDADE, O ESPAÇO ABRANGE AS TRANSVERSAIS DO CANAL TUCUNDUBA. MAS NÃO QUEREM QUE ACONTEÇA O QUE HOUE NO PASSADO COM AS PESSOAS NO TUCUNDUBA.

IBRAHIM ROCHA – PGE: INCLUSIVE HOUE UM SEMINÁRIO RECENTE PROIMOVIDO PELA DPU COM A UNIVERSIDADE, TRATANDO DO ASSUNTO E QUE O ESTADO JÁ SE DISPONIBILIZOU A REVER AS INDENIZAÇÕES, ESTABELECENDO UM CRITÉRIO, A FIM DE EVITAR A JUDICIALIZAÇÃO. A QUESTÃO NÃO É O VALOR. QUE PRECISA APENAS SER DEFINIDO UM CRITÉRIO PARA DEFINIÇÃO DA INDENIZAÇÃO E RESOLUÇÃO NA VIA ADMINISTRATIVA.

LÚCIO GUERREIRO – CGJ – PARABENIZOU AOS ENVOLVIDOS PELAS INICIATIVAS E MOBILIZAÇÃO PARA QUE SE CHEGASSE A ESSA MINUTA. ASSIM QUE TIVER A NOTÍCIA SOBRE O ENVIO DA MINUTA, ENTRARÁ EM CONTATO COM O CNJ PARA OS DEMAIS ENCAMINHAMENTOS. ITEM 3 DA PAUTA. O DESEMBARGADOR LEMBROU AGORA QUE SOBRE O ITEM 2 DA PAUTA

VANDERSON QUARESMA – CODEM – NAS REUNIÕES ANTERIORES HAVIA O COMPROMISSO DO ENVIO DA MINUTA DA SPU PARA QUE A CODEM PUDESSE DAR O “DE ACORDO”. DEIXA REGISTRADO QUE AINDA NÃO VIU.

MARCUS SOUZA – SPU – MAS NÃO RECEBERAM NEM A ANTERIOR, DA UFPA? OU A ATUALIZAÇÃO QUE ESTÁ FALTANDO?

VANDERSON QUARESMA – CODEM : NÃO RECEBERAM. RECEBERAM APENAS UMA MAS SOUBE QUE HOUE ALGUMA ATUALIZAÇÃO. NÃO SABE QUAL ATUALIZAÇÃO FOI.

MARCUS SOUZA – SPU – VAI MANDAR AGORA.

LÚCIO GUERREIRO – CGJ – SE CONSEGUIREM SE MANIFESTAR O QUANTO ANTES, É FUNDAMENTAL, POR CAUSA DE BRASÍLIA.

MARCUS SOUZA – SPU – PODEM DAR ANUÊNCIA ATÉ APÓS.

LÚCIO GUERREIRO – CGJ – ITEM 03 DA PAUTA. DIA 19 TEREMOS UMA REUNIÃO. DR. VANDERSON, O SENHOR TERIA ALGUMA PROJEÇÃO PARA ESSE ANO?

VANDERSON QUARESMA – CODEM : SIM, VEM EVOLUINDO BASTANTE. E, PRINCIPALMENTE COM ESSE ACORDO CHEGARÁ A UMA MÉDIA DE 04 A 06 MIL TÍTULOS A SEREM ENTREGUES. JÁ ESTÁ REALIZANDO ENTREGAS NAS IGREJAS EVANGÉLICAS E CENTROS RELIGIOSOS COMO UM TODO, CITANDO MAIS DE 10. PARALELAMENTE HÁ OUTROS BAIRROS QUE DEPENDEM DA ANUÊNCIA DA SPU, TAIS COMO A PEDREIRA. E HÁ OUTROS BAIRROS COM INFLUÊNCIA DE TERRENO DE MARINHA.

LÚCIO GUERREIRO – CGJ – TODOS ESSES TÍTULOS ESTÃO SENDO ENTREGUES REGISTRADOS?

VANDERSON QUARESMA – CODEM : SIM, FICAMOS APENAS COM UMA CÓPIA. E OUTRA É FORNECIDA PARA O MUNÍCIPE. HOJE HÁ UMA MÉDIA DE ENTREGA DE 12 MIL TÍTULOS.

LÚCIO GUERREIRO – CGJ – MAS É A PARTIR DE AGOSTO?

VANDERSON QUARESMA – CODEM : NÃO, AO TOTAL. REFERENTE AO PASSADO. PARA ESTE ANO TENTARÁ BUSCAR A META DO PROFEITO QUE SÃO OS 20 MIL TÍTULOS.

LÚCIO GUERREIRO – CGJ – SE PUDEREM INFORMAR, ENCAMINHAR OFÍCIO COMUNICANDO.

VANDERSON QUARESMA – CODEM : OK. COMO HOVE O ANIVERSÁRIO DE BELÉM HOJE TEM 130 TÍTULOS A SEREM ENTREGUES NO BAIRRO DA PEDREIRA, FINALIZANDO AS ATIVIDADES EM ALUSÃO AO ANIVERSÁRIO. A PARTIR DE ENTÃO, FARÃO A PROJEÇÃO PARA ESSE ANO. IRÃO FORMALIZAR.

LÚCIO GUERREIRO – CGJ – PRECISAMOS DESSA PROJEÇÃO PARA INFORMAR AO CNJ.

VANDERSON QUARESMA – CODEM : RESSALTA QUE, PARA CONTINUAR CAMINHANDO, A CODEM PRECISA DA PARCERIA COM O ITERPA E A SPU. É DE SUMA IMPORTÂNCIA.

LÚCIO GUERREIRO – CGJ – REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO DE ANANINDEUA NÃO VEIO HOJE.

MONIQUE LEITE – CGJ – A DRA LISANIA, DO MUNICÍPIO DE ANANINDEUA, ENVIU MENSAGEM INFORMANDO QUE NÃO HOVE A CONCLUSÃO DO PROJETO DOS WARAOS E NÃO FORMALIZOU O PEDIDO PARA QUE A CORREGEDORIA INTERMEDIASSE ESSA QUESTÃO

DA DISPENSA DO PROJETO ATUALIZADO JUNTO À SPU. TAMBÉM PEDIU UM PRAZO PARA ENVIAR AS INFORMAÇÕES ATUALIZADAS SOBRE A SEMANA SOLO SEGURO 2024.

MARCOS TEIXEIRA – DPU – PEÇO A PALAVRA POIS ESTIVE PRESENTE EM REUNIÃO DE DEZEMBRO DO COMITÊ WARAO EM ANANINDEUA. EXPLICOU O OCORRIDO ÀS 11H, CONSTA NA GRAVAÇÃO A PARTIR DO MINUTO 1:31:00H.

MONIQUE LEITE – CGJ – A DRA LISANIA DISSE QUE IRIA FORMALIZAR HAVIA SOLICITADO A INTERVENÇÃO DA CORREGEDORIA JUNTO À SPU PARA QUE FOSSE ACEITO O PROJETO SEM A ATUALIZAÇÃO DOS DETALHAMENTOS INTERNOS POIS NÃO IRIA OCORRER ALTERAÇÃO NA METRAGEM TOTAL. SERIA APENAS UMA QUESTÃO DE ALTERAÇÃO INTERNA, APENAS. MAS NÃO FOI FORMALIZADO.

MARCUS ANTONIO – SPU – QUE A CARTOGRAFIA DIFICILMENTE APROVARÁ O PROJETO SEM OS DETALHAMENTOS. FICOU DEFINIDIDO QUE ANANINDEUA TERMINARIA A ALTERAÇÃO DO PROJETO E ENCAMINHARIA TUDO PARA A SPU. DE TODO JEITO, MESMO QUE SEGUISSE DESSA FORMA, PREJUDICARIA O PLANO DE TRABALHO. SE ELES MANDAM O PROJETO JÁ AJUSTADO, FAZEM TUDO DE UMA VEZ. PRECISAM FAZER DENTRO DE ELEMENTOS QUE BRASÍLIA POSSA APROVAR, SENÃO O TRABALHO SERÁ INÚTIL.

MARCOS TEIXEIRA – DPU – EXISTEM OUTRAS DEMANDAS POIS ELES SERÃO REALOCADOS E QUE NÃO HOUVE AINDA A GARANTIA FORMAL DO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA COMUNIDADE PARA O REMANEJAMENTO. QUE ANANINDEUA AINDA NÃO APRESENTOU O CRONOGRAMA PARA REALIZAÇÃO DAS CONSULTAS. ESTÁ COMPLICADO PARA A COMUNIDADE APROVAR O PROJETO NO PRESENTE MOMENTO POIS NÃO ESTÃO MATERIALIZADOS ESSES ENCAMINHAMENTOS. OCORRERAM VÁRIOS PROBLEMAS AINDA NÃO SOLUCIONADOS PELO MUNICÍPIO DE ANANINDEUA. QUE REALIZOU COBRANÇA MAS APARENTEMENTE NÃO FOI FEITO.

MARCUS ANTONIO – SPU – LEMBROU SOBRE AS VEDAÇÕES IMPOSTAS PELA LEGISLAÇÃO ELEITORAL PARA REALIZAÇÃO DE ENTREGAS POSTERIORES A ABRIL/24. SE TIVÉSSEMOS INICIADO ANTES, CABERIA A APLICAÇÃO DA EXCEÇÃO. TUDO SERÁ EXECUTADO NA MODALIDADE DE CADASTRO MAS SEM A REALIZAÇÃO DE ENTREGAS DURANTE O PERÍODO VEDADO. PEDIU AJUDA AO COLEGIADO PARA PROMOVER OS DIÁLOGOS COM OS MUNICÍPIOS NO INTERIOR DO ESTADO, A FIM DE AMPLIAR AS DISCUSSÕES, VOLTADOS A ACORDOS INDIVIDUAIS POIS O GEORREGERENCIAMENTO E DEMAIS ATOS DE INSTRUÇÃO PODEM OCORRER, A PONTO DE GARANTIR AS ENTREGAS PROGRAMADAS, POR EXEMPLO, PARA O MÊS DE NOVEMBRO. ESTÃO COM UM CALENDÁRIO INTENSO NA SPU. HAVERÁ AUDIÊNCIA PÚBLICA DIA 03 EM PARAGOMINAS, NO DIA 05 EM BRAGANÇA E NO DIA 06, SALINOPOLIS. NO DIA 27/02 HAVERÁ AUDIÊNCIA PÚBLICA EM BARCARENA E NO DIA 29/02 SERIA A DE BELÉM MAS COMO A CÂMARA ESTÁ PASSANDO POR REFORMA, SERÁ REMARCADA COM PRAZO DE 30 DIAS. PEDIU AJUDA PARA O COLEGIADO PARA QUE SEJA MARCADO PARA O MÊS DE MARÇO. ESTÃO VERIFICANDO O AUDITÓRIO DA ALEPA.



LÚCIO GUERREIRO - CGJ - QUAL A QUANTIDADE DE PESSOAS?

MARCUS ANTONIO - SPU - É INCERTO. PORQUE É ABERTO AO PÚBLICO. FOI REFORMADO O AUDITÓRIO DA ALEPA. A CÂMARA DE BELÉM FARÁ AS SESSÕES NA ASSEMBLEIA A PARTIR DE FEVEREIRO. ATÉ NOVEMBRO PRETENDEM CONCLUIR O TRABALHO DE DEMARCAÇÃO DO ESTADO PARA DEFINIR O QUE É E O QUE NÃO É ÁREA DA UNIÃO. QUE QUEREM TRABALHAR ACORDOS DE COOPERAÇÃO COM OS MUNICÍPIOS NO INTERIOR DO ESTADO PARA REALIZAÇÃO DE REURB POR MUNICÍPIO, COM DEFINIÇÃO DE ÁREAS PILOTO. QUE SOLICITOU APOIO AO ITERPA MAS JÁ HÁ UMA SOBRECARGA DEVIDO A REGULARIZAÇÃO RURAL E SOLICITOU APOIO DO COLEGIADO DIVULGANDO QUE OS MUNICÍPIOS INTERESSADOS PROCUREM A SPU PARA INSTRUMENTALIZAR ESSES ACORDOS.

FLÁVIO RICARDO - ITERPA - É MUITO IMPORTANTE A TITULAÇÃO E REGISTRO DA FORMA CORRETA. QUE O ITERPA VEM RETIRANDO DE ALGUMAS MUNICIPALIDADES A EXPEDIÇÃO DE TÍTULOS DE REURBS REALIZADAS POR MUNICÍPIOS EM ÁREAS ESTADUAIS. JÁ TRATARAM SOBRE AS RESPECTIVAS LÉGUAS PATRIMONIAIS. QUE HÁ MUNICÍPIOS QUE TEM SUA LEGUA PATRIMONIAL DEFINIDA E PODEM AVANÇAR NA REGULARIZAÇÃO MAS A MAIORIA NÃO TEM. ESSE É UM PROBLEMA ENFRENTADO PELO ITERPA POIS TALVEZ ESTEJAM REALIZANDO REURB EM ÁREAS FEDERAIS OU ESTADUAIS. PEDIU O AUXÍLIO DO COLEGIADO PARA QUE O ITERPA TENHA ACESSO AO SHAPE E LOCALIZAÇÃO DESSAS ÁREAS ONDE ESTÃO EXECUTANDO AS REURBS PARA VERIFICAR SE NÃO HAVERIA ÁREA ESTADUAL. PODEM TAMBÉM AUXILIAR A SPU QUANTO ÀS ÁREAS FEDERAIS. QUE ESTÃO ENFRENTANDO ESSA DIFICULDADE DE FORMA CORRIQUEIRA. QUE O ITERPA VEM REALIZANDO ARRECAÇÃO DE ÁREA PARA DESTINAR PARA REURB, ESTÁ IDENTIFICANDO A EXISTÊNCIA DE MATRÍCULAS IMOBILIÁRIAS DECORRENTES DE REURBS REALIZADAS PELOS MUNICÍPIOS EM ÁREAS ESTADUAIS, SEM COMPETÊNCIA PRÉVIA. QUE É IMPORTANTE O ENCAMINHAMENTO DESSES ARQUIVOS PARA IDENTIFICAÇÃO DA LOCALIZAÇÃO DE FORMA A REALIZAR ESSE TRABALHO DE FORMA SEGURA.

GABRIEL NATÁRIO - ITERPA - COMPLEMENTANDO AS INFORMAÇÕES FORNECIDAS, QUE AS CONSULTAS SOBRE A DOMINILIDADE ESTÃO SENDO REALIZADAS APÓS A REURB JÁ TER SIDO REALIZADA PELOS MUNICÍPIOS, COM CUSTOS PARA A PREFEITURA E ISSO IMPACTA NA DOMINIALIDADE. SOLICITA O APOIO DO COLEGIADO JUNTO AOS CARTÓRIOS PARA QUE FORNEÇAM OS SHAPES E OS PROJETOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E OS RESPECTIVOS DECRETOS PARA IDENTIFICAÇÃO CONCRETA DAS POLIGONAIS QUE ESTÃO SENDO TRABALHADAS. QUE JÁ PASSARAM ALGUNS OFÍCIOS ORIENTATIVOS PARA A REGIÃO METROPOLITANA E UTILIZOU DA FEDERAÇÃO DOS MUNICÍPIOS SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA QUE HAJA UMA PADRONIZAÇÃO E NÃO OCORRAM PROBLEMAS DE SOBREPOSIÇÃO PARA OS CARTÓRIOS.

VANDERSON QUARESMA - CODEM - A SPU TOCOU EM UM PONTO QUE PRECISA DE ATENÇÃO, POIS PODE CONFUNDIR OS GESTORES, QUE É



O ANO ELEITORAL E MUITOS GESTORES TEM O RECEIO DE APLICAR AS POLÍTICAS DESSA NATUREZA, O QUE PODE RESULTAR NA DIMINUIÇÃO DOS NÚMEROS. ATÉ ONDE ACOMPANHOU O TRE E TSE, PELO QUE SE RECORDA DA MILITÂNCIA ELEITORAL, O TRE INTERPRETA QUE A CONTINUIDADE DE POLÍTICAS JÁ EXECUTADAS NÃO HAVERIA PROBLEMA MAS PRESENCIOU CASOS DE CASSAÇÃO DENTRO DESSE MESMO CONTEXTO. SUGERE, PORÉM, AO COLEGIADO QUE SEJA REALIZADA CONSULTA FORMAL À JUSTIÇA ELEITORAL PARA OBTENÇÃO DE PARÂMETRO A SER REPASSADO AOS GESTORES PARA MAIOR SEGURANÇA A FIM DE QUE NÃO HAJA PREJUÍZO PARA A REGULARIZAÇÃO.

LÚCIO GUERREIRO – CGJ – VAMOS ANALISAR A VIABILIDADE. É UMA PREOCUPAÇÃO. A DEMANDA SERÁ ANALISADA MAS HÁ OUTRAS INSTÂNCIAS DE DECISÃO. A POLÍTICA PÚBLICA EM EXECUÇÃO NÃO PODE PARAR. ENTENDE O RECEIO DOS GESTORES. CADA CASO É UM CASO. É UM RISCO QUE TEMOS QUE CORRER.

MARCOS TEIXEIRA – DPU - O TRIBUNAL NÃO PODERIA REALIZAR A CONSULTA?

LÚCIO GUERREIRO – CGJ – NÃO SE VINCULAR O QUE TRE DISSER AO ENTENDIMENTO DO TSE. NÃO HÁ COMO GARANTIR. O TRE REGULAMENTA TODOS OS ANOS E NÃO HÁ VINCULAÇÃO DO ENTENDIMENTOS.

MARCUS ANTONIO – SPU – HÁ SITUAÇÕES JÁ RESOLVIDAS PELAS REGULAMENTAÇÕES. SUGERE TRAZER O ROL DE CONDUTAS VEDADAS ENCAMINHADAS PELA AGU ASSIM QUE RECEBER. QUE A VEDAÇÃO ELEITORAL É PARA A EXECUÇÃO DE POLÍTICAS CASUÍSTICAS. O PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA É PREVISTO EM LEI POR MUITOS ANOS. TRATA-SE DE POLÍTICA PÚBLICA FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL, ESTABELECIDADA POR LEI. QUANDO TRABALHOU COM ESSA TEMÁTICA, RECOMENDAVA O RESPEITO AOS MARCOS (ABRIL E JULHO) TOMANDO MAIS CUIDADO COM A REALIZAÇÃO DAS ENTREGAS QUE PODERÃO OCORRER OU NÃO. NÃO VÊ PROBLEMAS EM DAR ANDAMENTO ÀS TRATATIVAS, CELEBRAÇÃO DOS ACORDOS E INSTRUMENTALIZAÇÃO DOS PROCESSOS. AS ENTREGAS PODEM SER EFETIVADAS APÓS A ELEIÇÃO, NÃO PODENDO PARAR TODO O PROCESSO.

DES JOSÉ ROBERTO – CGJ – QUE JÁ HOUVE TRATATIVA COM O CNJ SOBRE A QUESTÃO E O ENTENDIMENTO NÃO FOI DIFERENTE JÁ QUE SE TRATA DE UMA POLÍTICA PÚBLICA CONTINUADA. O CANDIDATO NÃO PODE PARTICIPAR SE HOUVER ALGUMA ENTREGA NO PERÍODO. É PRECISO VERIFICAR QUAL INTERESSA FALA MAIS ALTO.

MARCOS SOLANO – FAEPA - UMA OBSERVAÇÃO PARA SOMAR SERIA IMPORTANTE QUE O COLEGIADO DISPUSSE DE UM CRONOGRAMA, COM TODAS AS INSTITUIÇÕES, POIS ISSO REFORÇA FAZ PARTE DE UM PROGRAMA PARA FAZER ESSA ENTREGA. ESTÁ SE CUMPRINDO UMA ORIENTAÇÃO DO CNJ. ISSO VAI AJUDAR OS GESTORES E INSTITUIÇÕES MUNICIPAIS A TEREM ESSE RESPALDO.



LÚCIO GUERREIRO - CGJ - HÁ CONVÊNIOS FIRMADOS COM O TRIBUNAL, QUE SÃO ANTERIORES.

MARCOS SOLANO - FAEPA - EXATAMENTE. QUE TENHAMOS UM CRONOGRAMA OUVINDO TODAS AS PARTES. SOMENTE VAI AJUDAR.

LÚCIO GUERREIRO - CGJ - DANDO CONTINUIDADE. AINDA EM ANANINDEUA. QUESTIONOU A DRA ETEVELVANA SOBRE A EXISTÊNCIA DE OUTRAS ENTREGAS APÓS AGOSTO DO ANO PASSADO, QUANDO CONTABILIZAMOS.

ETELVANA AVAREZ - CRI/ANANINDEUA - APÓS AGOSTO/23 RECEBERAM DE ANANINDEUA 15 BAIRROS PARA REALIZAR REURB. FINALIZARAM 04 BAIRROS E OS DEMAIS ESTÃO AGUARDANDO A REGULARIZAÇÃO DE ALGUMAS INFORMAÇÕES PELA PREFEITURA. FICARAM DE PROVIDENCIAR DENTRO DE UMA SEMANA ESSES 15 BAIRROS QUE TOTALIZAM 5.651 LOTES. TEMOS CONHECIMENTO DE QUE ALÉM DESSES 15, AINDA TEM MAIS 40 BAIRROS EM ANDAMENTO. FICARAM DE FINALIZAR PRIMEIRO 15 BAIRROS, IRÃO MANDAR O RESTANTE.

LÚCIO GUERREIRO - CGJ - PARA ESSES QUATRO BAIRROS FINALIZADOS JÁ TERIAM A TOTALIZAÇÃO DE TÍTULOS EMITIDOS?

ETELVANA AVAREZ - CRI/ANANINDEUA - NÃO EFETIVEI A SOMA.

LÚCIO GUERREIRO - CGJ - SE PUDER MANDAR A PARCIAL, PARA QUE TENHAMOS, ASSIM COMO SOLICITEI PARA O DR VANDERSON. E PERSPECTIVA DE PROJEÇÃO.

ETELVANA AVAREZ - CRI/ANANINDEUA VAI REALIZAR O LEVANTAMENTO. TEM TAMBÉM O CARLOS MARIGHELA QUE FARÃO REURB VÃO REINICIAR O PROCEDIMENTO. OUTRO PONTO QUE PRECISAM QUESTIONAR, AINDA, É SOBRE A COHAB EM RELAÇÃO AOS LOTEAMENTOS IRREGULARES. AS MATRÍCULAS JÁ INDIVIDUALIZADAS NÃO TERIAM PROBLEMA MAS MUITAS NÃO FORAM INDIVIDUALIZADAS. SE SERÁ FEITA REURB AO INVÉS DA REGULARIZAÇÃO DOS LOTEAMENTOS

LÚCIO GUERREIRO - CGJ - ELES FORAM CHAMADOS PARA AS REUNIÕES. TALVEZ POSSAM LIGAR PARA FALAR DIRETAMENTE COM A REPRESENTANTE DA COHAB.

ETELVANA AVAREZ - CRI/ANANINDEUA: E VAI SER O MESMO CASO DE FAZER REURB NOS LOTEAMENTOS IRREGULARES DA ÁREA DA COHAB? SÃO 17 MIL LOTES SOMENTE EM ÁREAS DA COHAB.

LÚCIO GUERREIRO - CGJ - LIGAREI PARA A DRA MILIE COSTA PARA QUE COMPAREÇA À PROXIMA REUNIÃO, TRAZENDO A INFORMAÇÃO PARA VERIFICAR COMO SERÁ ESSA REGULARIZAÇÃO. SEGUINDO. MARITUBA, COMO ESTÁ O ANDAMENTO DO PROJETO?

EDISSANDRA ALVES - MARITUBA ESTÁ SEGUINDO COM A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA. ATUALMENTE TEM 03 BAIRROS JÁ

INICIADOS ANTERIORMENTE (CENTRO, NOVO HORIZONTE E UNIÃO). ESTÃO TRABALHANDO O REMANESCENTE NO BAIRRO CENTRO. A PERSPECTIVA É DE QUE NO BAIRRO CENTRO CONSIGAM ENTREGAR 100 APTOS PARA A SEMANA SOLO SEGURO (CONVENIO COM O ITERPA). NO BAIRRO NOVO HORIZONTE POSSUEM UM TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM O NAEA, JÁ CONCLUÍRAM O CADASTRO SOCIAL E FÍSICO. ESTÁ NA FASE DE PARECER. NESSA PERSPECTIVA É A ENTREGA DE 200. NO BAIRRO UNIÃO HÁ TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM A UFPA, TENDO FINALIZADO CADASTRO SOCIAL E FÍSICO, ESTANDO EM FASE DE FINALIZAÇÃO DO PROJETO, COM A PERSPECTIVA DE ENTREGA EM TORNO DE 150. QUE SOMANDO ESSA FORÇA DE TRABALHO ESTIMAM A ENTREGA DE 500. A INTENÇÃO É QUE CONSIGAM FAZER MAIS. PORÉM O MUNICÍPIO PRECISA DE UMA EQUIPE TÉCNICA MAIOR. QUE EXISTE PARCERIA COM O CARTÓRIO E CUMPRIRÃO A META, MAS INFORMARÃO CASO CONSIGAM FAZER MAIS.

LÚCIO GUERREIRO – CGJ – AGRADECEU. PEDIU QUE O MUNICÍPIO COMUNICASSE A CORREGEDORIA POR OFÍCIO.

MARCOS TEIXEIRA – DPU – PERGUNTOU SE MARITUBA TEM CONHECIMENTO DOS PROBLEMAS NO BAIRRO CANAÃ. SALVO ENGANO O ITERPA INGRESSOU COM UMA AÇÃO PEDINDO A ANULAÇÃO. HÁ ALGUM PLANEJAMENTO? SÃO 5 MIL FAMÍLIAS ATUALMENTE.

EDISSANDRA ALVES - MARITUBA – ESSE BAIRRO NÃO ESTÁ CONTEMPLADO DEVIDO AOS PROBLEMAS IDENTIFICADOS, E A PREFEITURA NÃO O ELEGEU PARA AVANÇAR NA REGULARIZAÇÃO NESSE BAIRRO. SEGUEM UMA HIERARQUIA DE BAIROS. A PROFESSORA LULY PODE COMPLEMENTAR AS PECULIARIDADES DESSE BAIRRO.

PROFª LULY FISCHER – ISSO TEM A VER COM A TEMÁTICA DA REUNIÃO ANTERIOR. A UFPA FEZ O MACRO DIAGNÓSTICO DO MUNICÍPIO DE MARITUBA. O BAIRRO DE CANAÃ, DO PONTO DE VISTA TÉCNICO, APENAS 15% DELE INTEGRA O MUNICÍPIO DE MARITUBA. PELA LEI DE CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MARITUBA O TAMANHO DE CANAÃ HOJE É SUPERIOR A ÁREA DO LIMITE MUNICIPAL. QUE O CONFLITO DE LIMITES DE MUNICÍPIOS MENCIONADO PELO ITERPA EXISTE NESSE BAIRRO POIS FOI UMA LEI DE BAIROS QUE ALTEROU O LIMITE. EXISTE UM PROCEDIMENTO ENTRE SANTA IZABEL E MARITUBA, NÃO SABENDO DIZER SE JÁ JUDICIALIZADO, QUE QUE SANTA IZABEL QUESTIONA AS MATRÍCULAS E REGULARIZAÇÕES EFETIVADAS NESSE BAIRRO, CAUSANDO CONFLITOS. A REGULARIZAÇÃO É IMPORTANTE INDEPENDENTEMENTE DOS LIMITES TERRITORIAIS. QUE SUGERE UM TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA PARA QUE SE TENHA CLAREZA SOBRE A ÁREA DE REGISTRO EM MARITUBA E DE SANTA IZABEL. NÃO HÁ UMA DISCUSSÃO NA LEI FEDERAL SOBRE O CONFLITO DE LIMITES ENTRE MUNICÍPIOS E ISSO NÃO IMPEDE A REGULARIZAÇÃO. QUE ESSA SITUAÇÃO PODE SER UTILIZADA DE FORMA EXEMPLAR PARA CASOS SEMELHANTES.

MARCOS TEIXEIRA – DPU – SOUBE QUE A ÁREA PODERIA SER DESAPROPRIADA PELO ESTADO. HOVE UMA DISCUSSÃO SOBRE A



VALIDADE DO TÍTULO QUE ORIGINOU ESSA ÁREA. SERIA IMPORTANTE CHAMAR TODOS OS ATORES DIANTE DO IMPACTO QUE PODE CAUSAR ATÉ NA JUSTIÇA DO TRABALHO, PREJUDICANDO OUTRAS PESSOAS.

LÚCIO GUERREIRO - CGJ - FICARAM REGISTRADAS AS MANIFESTAÇÕES. PERCEBE QUE O MUNICÍPIO DE ALTAMIRA, DR GUSTAVO NÃO VEIO. BREU BRANCO, A REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO NÃO ESTÁ PRESENTE. DRA VANESSA, CARTORÁRIA DO MUNICÍPIO, PODERIA SE MANIFESTAR?

VANESSA MENEZES - ANOREG/CRI: FICARÁ DEVENDO ESSES NÚMEROS. A DRA ADRIANA SEMPRE ESTÁ PRESENTE NESSAS REUNIÕES. RECENTEMENTE SOUBE QUE ELA PASSOU POR ALGUM PROBLEMA DE SAÚDE. MAS TANTO REGISTROU COMO TEM PROCEDIMENTO EM ANDAMENTO PARA REGISTRAR MAIS LOTES. ACREDITA QUE CONSEGUIRÃO ENTREGAR A MESMA QUANTIDADE ENTREGUE NO ANO PASSADO, POR VOLTA DE 400 LOTES. PODE PEDIR O QUANTITATIVO PARA QUE OFICIEM AO NÚCLEO INFORMANDO.

LÚCIO GUERREIRO - CGJ - AGRADECEU. MUNICÍPIOS DE PARAUEBAS, CURIONÓPOLIS E CANAÃ. PELO MUNICÍPIO DE PARAUEBAS, DRA LAISSA ESTÁ PRESENTE.

LAISSA ANDRADE - PARAUEBAS: FALA EM NOME DO PROSAP. DESDE AGOSTO ESTÁ AVANÇANDO. JÁ INSTAURARAM NOVAS REURBS. A PERSPECTIVA DESSE ANO É QUE CONSIGAM TRABALHAR EM OUTRAS ÁREAS ENVOLVENDO CHACARAS E AGRICULTURA URBANA. ESPERAM FAZER DOIS MOMENTOS DE ENTREGA (MAIO E AGOSTO) COM 600 TÍTULOS EM CADA EVENTO.

LÚCIO GUERREIRO - CGJ - AGRADECEU E PARABENIZOU O PROSAP. CURIONÓPOLIS E CANAÃ, TEM ALGUM REPRESENTANTE?

JESSICA CABRAL - IDURB - CANAÃ - A PROJEÇÃO PARA 2024 É DAR CONTINUIDADE PARA AS PESSOAS QUE AINDA NÃO FORAM CONTEMPLADAS. CHEGARAM ATÉ O MOMENTO A 18 BAIROS REGULARIZADOS. O ÚLTIMO PROTOCOLO FOI O BAIRRO DO PARQUE DOS IPÊS COM 107 TÍTULOS. E EM FEVEREIRO POSSUEM A PROJEÇÃO DE ENTREGA DE MAIS 100 TÍTULOS. NO BAIRRO DOURADO: 120 TÍTULOS. DEMAIS BAIROS CITADOS, PERSPECTIVA DE 30 TÍTULOS EM CADA UM E NOS DEMAIS BAIROS FARÃO EM LOTES COMPLEMENTARES EM TORNO DE 50 ENTREGAS. PARALELAMENTE ESTÃO TRABALHANDO UM BAIRRO MUITO COMPLEXO, DENOMINADO VALE DO CANAÃ. É MUITO PECULIAR. TEM 04 PROPRIETÁRIOS, DENTRE ELES A UNIÃO FEDERAL. NECESSITAM DO POIO DO GRUPO DE GOVERNANÇA PARA TRABALHAR NESSE BAIRRO. TEM O RESIDENCIAL CANAÃ, DE PESSOAS MUITO CARENTES. ERA UM LOTEAMENTO E FICOU IRREGULAR. POSSUEM A INTENÇÃO DE FAZER MAS NÃO SABEM COMO TRATAR. ESTÁ NO PLANEJAMENTO O BAIRRO VALE DA BENÇÃO QUE ESTÁ COM ÁREA COM MATRÍCULAS BLOQUEADAS PELA JUSTIÇA, TRATANDO-SE DE UMA ÁREA QUE É UM POLO INDUSTRIAL E O JUIZ DE REGISTROS PUBLICOS BLOQUEOU A ÁREA. ESTÁ PENDENTE DE REGULARIZAÇÃO. É UMA ÁREA BASTANTE CONSOLIDADA.

PRETENDIAM INICIAR A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA. QUE A PROJEÇÃO DE ENTREGA PARA 2024 É DE 500 TÍTULOS.

LÚCIO GUERREIRO – CGJ – AGRADECEU E PEDIU QUE O MUNICÍPIO FORMALIZE OS PROBLEMAS COM AS ÁREAS FEDERAIS PARA QUE A CORREGEDORIA POSSA ATUAR EM CONJUNTO COM O NÚCLEO.

JESSICA CABRAL – IDURB – CANAÃ – CONFIRMOU E DISSE QUE PRECISA DO APOIO PRINCIPALMENTE NESSA ÁREA DO VALE DO CANAÁ É UMA ÁREA MUITO DESAFIADORA E HÁ MUITAS FAMÍLIAS CARENTES NO LOCAL. NECESSITA DESSE OLHAR CUIDADOSO DO PODER PÚBLICO.

MARCUS ANTONIO – SPU – ESSA ÁREA É DO INCRA, TEM ASSENTAMENTO, PAE OU APENAS ESTÁ NA GESTÃO DO INCRA?

JESSICA CABRAL – IDURB – CANAÃ – NA REALIDADE ESSA ERA O MUNICÍPIO SOMENTE POSSUÍA SOMENTE A POSSE E NÃO USOU ESSA POSSE PARA REALIZAR O POLO INDUSTRIAL E HOVE A OCUPAÇÃO. HOVE JUDICIALIZAÇÃO MAS O MUNICÍPIO JÁ DESISTIU DA AÇÃO POIS NÃO TEM INTERESSE DE REINVIDICAR A ÁREA. PRETENDE REALMENTE REGULARIZAR.

MARCUS ANTONIO – SPU – PEDIU QUE FOSSE ENVIADO O NÚMERO DE PROCESSO E DEMAIS DADOS PELA CORREGEDORIA PARA QUE A SPU VERIFIQUE E POSSA CONTRIBUIR COM O DIÁLOGO. SERIA BOM LEVANTAR COM MAIS PRECISÃO POIS TEM O INTERESSE DE REGULARIZAR AS ÁREAS DA UNIÃO. PODEM COLABORAR E FAZER O LEVANTAMENTO.

JESSICA CABRAL – IDURB – CANAÃ – A ÁREA É DA GESTÃO DO INCRA MAS ENVIARÁ AS INFORMAÇÕES.

LÚCIO GUERREIRO – CGJ – RECEBEU A INFORMAÇÃO DE QUE O DR GUSTAVO MAFRA ESTARIA ON LINE, DE ALTAMIRA. DR. RONALDO ESTÁ PRESENTE, DE ALTAMIRA? COMO NÃO APARECE O NOME DELE E NÃO HOVE MANIFESTAÇÃO SEGUIU COM A PAUTA. ITEM 3.9 DA PAUTA. CITOU OS NOVOS MUNICÍPIOS QUE ESTÃO COM OS TERMOS DE COOPERAÇÃO ASSINADOS, FALTANDO APENAS A CERIMÔNIA FORMAL. MENCIONOU TAMBÉM OS MUNICÍPIOS QUE ESTÃO EM FASE DE INGRESSO. OS DOIS ÚLTIMOS MUNICÍPIOS CITADOS JÁ ESTÃO REGULARIZADOS.

MONIQUE LEITE – CGJ – SIM, OS MUNICÍPIOS QUE ADERIREM AO PROJETO PRECISAM ENVIAR O PLANO DE TRABALHO ASSINADO DIGITALMENTE ASSIM COMO O CARTÓRIO E A DOCUMENTAÇÃO RESPECTIVA. RECEBEMOS APENAS DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ E OEIRAS. OS DEMAIS MUNICÍPIOS CITADOS ESTÃO PENDENTES QUANTO AO ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO.

LÚCIO GUERREIRO – CGJ – IREMOS COBRAR PARA ATINGIRMOS A META DE PELO MENOS 20 MUNICÍPIOS PARAENSES NO PROJETO REGULARIZAR. ITEM 4 DA PAUTA. ÚLTIMO ITEM, SOBRE O ATLAS JURÍDICO.

PROF<sup>a</sup> ANA LUÍSA/URBE-FAMEP – ATUALMENTE, ESTÃO TRABALHANDO NO DESENVOLVIMENTO DE INDICADORES EM DOIS BLOCOS DE INFORMAÇÕES: PRIMEIRO EIXO SOBRE A CAPACIDADE INSTITUCIONAL DOS MUNICÍPIOS E O SEGUNDO A DISCUSSÃO DO DIAGNÓSTICO FUNDIÁRIO. JÁ REALIZARAM O LEVANTAMENTO DOS ESTUDOS EXISTENTES NO BRASIL E O ÚNICO LOCALIZADO COMO PARÂMETRO, FOI ESTUDO DO RJ DA DÉCADA DE 90. NÃO QUEREM FOCAR ESSE ESTUDO APENAS NO ASPECTO DA DOMINIALIDADE, NEM TAMPOUCO SOMENTE NA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL. POR ISSO ESTÃO TRABALHANDO NOS OUTROS INDICADORES. QUEREM ENTENDER COMO ESTA A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA ATUAL DOS MUNICÍPIOS PARAENSES EM RELAÇÃO À REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, QUAIS SÃO OS RECURSOS HUMANOS DISPONÍVEIS SOB O ASPECTO QUANTITATIVO E QUALITATIVO, QUAIS RECURSOS TECNOLÓGICOS EXISTENTES (GEOPROCESSAMENTO DE DADOS), E A EXISTÊNCIA DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS. ESTÃO ELABORANDO MODELOS DE INDICADORES E DE QUESTIONÁRIOS. NA SEGUNDA ETAPA DO ATLAS, TALVEZ O NOME NÃO PERMANEÇA ESSE PARA NÃO PASSAR A IDÉIA APENAS DE DOMINIALIDADE, SE TRATA DA DEFINIÇÃO DA METODOLOGIA DE COLETA E SISTEMATIZAÇÃO DESSES DADOS PARA RECEBIMENTO DAS INFORMAÇÕES FUNDIÁRIAS E DE CAPACIDADE INSTITUCIONAL. AINDA NÃO ESTABELECEM O MODELO DE SISTEMATIZAÇÃO DESSES DADOS A PARTIR DAS INFORMAÇÕES DE RETORNO DOS MUNICÍPIOS. AINDA NÃO DISCUTIRAM OUTROS ASPECTOS, TAIS COMO O DIMENSIONAMENTO DOS CUSTOS DE TAL METODOLOGIA. COMO SE PROPÕE A SER UM PROJETO DE PESQUISA AMPLO, TODA ESSA DEFINIÇÃO É COMPLEXA. QUE TUDO O QUE FOI FALADO HOJE PELA SPU E ITERPA CONVERGE PARA A LINHA DE DISCUSSÃO DO PROJETO DE PESQUISA VERIFICANDO TODOS OS ASPECTOS ENVOLVIDOS (DOMINIALIDADE, NA CAPACIDADE TÉCNICA E DE RECURSOS HUMANOS) DESSAS PESSOAS QUE ESTÃO EXECUTANDO A POLÍTICA DE REGULARIZAÇÃO NOS MUNICÍPIOS.

LÚCIO GUERREIRO – CGJ – OBSERVA QUE NÃO É ALGO SUPERFICIAL, MAS SIM MUITO PROFUNDO E COMPLEXO. QUE JÁ É A SEGUNDA VEZ QUE ENTRA NA PAUTA. TALVEZ NÃO TIVESSEM A DIMENSÃO DESSE TRABALHO. MAS AGORA CONSEGUE PERCEBER O DIMENSIONAMENTO, QUE DEMANDARÁ MAIOR TEMPO.

PROF<sup>a</sup> ANA LUÍSA/URBE-FAMEP – SIM, TALVEZ NAS PRIMEIRAS REUNIÕES AINDA NÃO HAVIA A DEFINIÇÃO DESSES EIXOS DE TRABALHOS PARA FAZER O LEVANTAMENTO DOS INDICADORES. LOCALIZARAM ALGUNS ESTUDOS, COMO OS DA FAO, DO BANCO MUNDIAL E O DO RIO DE JANEIRO. PORÉM NÃO EXISTE UM TRABALHO PRONTO PARA QUE PUDESSEM SE APROPRIAR DA METODOLOGIA, SERVINDO DE PARÂMETRO PARA O DESENVOLVIMENTO. TRATA-SE DE UM TRABALHO DE PESQUISA ESPECÍFICO, QUE, POR SUA NATUREZA, TEM UM TEMPO DE DISCUSSÃO E DE REALIZAÇÃO DIFERENTE DOS OUTROS MODELOS. ACREDITA QUE ISSO QUE ESTÁ FALTANDO E ESSE É O PAPEL DOS PESQUISADORES QUE ESTÃO ASSESSORANDO O TRABALHO.

LÚCIO GUERREIRO – CGJ – DADA A MAGNITUDE DO TRABALHO, SERÁ RETIRADO DA PAUTA NAS PRÓXIMAS REUNIÕES



PROFª ANA LUÍSA/URBE-FAMEP - ESTÃO ESTIMANDO EM DOIS MESES O TÉRMINO DO TRABALHO PARA A DEFINIÇÃO DOS INDICADORES E DO QUESTIONÁRIO A SER APLICADO. EM SEGUIDA, HAVERÁ O DIMENSIONAMENTO FINANCEIRO.

LÚCIO GUERREIRO - CGJ - SUGERE A ATUALIZAÇÃO PERIÓDICA PELA FAMEP, SEM NECESSIDADE DE SER UM ITEM DE PAUTA. SERÁ MUITO IMPORTANTE O TRABALHO. CERTAMENTE SERVIRÁ DE PARÂMETRO PARA TODO O BRASIL APÓS SUA CONCLUSÃO. O PRÓXIMO ITEM DA PAUTA É O QUE OCORRER. A DRA LUCIANA, DEFENSORA PÚBLICA DESEJA FALAR.

LUCIANA ALBUQUERQUE - DPE - NA ÚLTIMA REUNIÃO HAVIAM SOLICITADO A INCLUSÃO DE UM ITEM NA PAUTA E ESTRANHOU NÃO VER HOJE, A RESPEITO DA COMUNIDADE DE SAPUCAIA QUE FICA EM ANANINDEUA, QUASE NO LIMITE DE BELÉM E COMO ENCAMINHAMENTO REALIZADO NA REUNIÃO EM JANEIRO, A PROFª LULY HAVIA SUGERIDO A REALIZAÇÃO DE UMA REUNIÃO DE TRABALHO COM A CODEM E A UFPA. REALIZARAM A REUNIÃO NO MÊS DE JANEIRO. GOSTARIA DE TRAZER ESSE INFORME. A CODEM FICOU DE REALIZAR UM LEVANTAMENTO, AINDA NÃO FINALIZADO, A RESPEITO DE TER A PRECISÃO SE ESSA ÁREA AINDA PERMANECERIA COMO ÁREA MUNICIPAL OU SE HAVIA SIDO DESTACADA PARA O PATRIMÔNIO PARTICULAR. AINDA PRECISAM IDENTIFICAR A ORIGEM DO TÍTULO DE ANANINDEUA, QUE ORIGINOU A CADEIA DOMINIAL QUE CHEGOU AO PARTICULAR. REMEMORANDO, HÁ O INTERESSE ESTADUAL DECLARADO ASSIM COMO O DECRETO DO MUNICÍPIO DE ANANINDEUA. HOVE SOPREPOSIÇÃO QUE GEROU A SOLICITAÇÃO. GOSTARIA DE PEDIR ESSA INFORMAÇÃO PARA O DR. VANDERSON.

LÚCIO GUERREIRO - CGJ - DR VANDERSON CONSEGUIU FAZER O LEVANTAMENTO?

VANDERSON QUARESMA - CODEM - TIVERAM UMA REUNIÃO NA SEMANA PASSADA COM A PROFª LULY E A DRA LUCIANA. ONTEM RECEBEU A DEVOLUTIVA DA PESQUISA DE SUA EQUIPE TÉCNICA. QUE A REFERIDA ÁREA SERIA, COM 99% DE CERTEZA, DO MUNICÍPIO DE BELÉM. INCLUSIVE COM AFORAMENTOS CONCEDIDOS PELO MUNICÍPIO ANTERIORMENTE. RECEBEU ESSE MAPA ONTEM À NOITE E AINDA NÃO REUNIU COM SUA EQUIPE TÉCNICA. CONSEGUE CONFIRMAR QUE A ÁREA EFETIVAMENTE PERTENCE AO MUNICÍPIO DE BELÉM E NÃO AO DE ANANINDEUA, INCLUSIVE COM DOCUMENTAÇÕES. PRECISA LEVANTAR AGORA OS DADOS DESSES AFORAMENTOS PARA COLABORAR COM A SITUAÇÃO.

LÚCIO GUERREIRO - CGJ - SALVO ENGANO ESSA QUESTÃO ESTÁ JUDICIALIZADA. SERIA IMPORTANTE ESSA DOCUMENTAÇÃO PARA LEVAR AO PROCESSO.

LUCIANA ALBUQUERQUE - DPE - UM PARTICULAR DETÉM ESSE TÍTULO QUE REMONTA AO MUNICÍPIO DE ANANINDEUA NA VERDADE ELE DEMANDA A SAÍDA DA COMUNIDADE DA ÁREA. O PROCESSO TRAMITA EM ANANINDEUA.

LÚCIO GUERREIRO – CGJ – MAS SE A ÁREA FOR PERTENCENTE A BELÉM, O PROCESSO NÃO PERMANECERIA EM ANANINDEUA.

LUCIANA ALBUQUERQUE – DPE – MAS A ÁREA FICA EM ANANINDEUA, A DOMINIALIDADE QUE SERIA DA CODEM. CITOU A CADEIA DOMINIAL QUE INICIARIA COM A PARAELETRO, SEGUNDO O QUE HAVIAM LEVANTADO NA CODEM.

LÚCIO GUERREIRO – CGJ – ENTÃO ESSAS INFORMAÇÕES VÃO ENRIQUECER O PROCESSO EM QUE DEFENSORIA ESTÁ ATUANDO. O DR VANDERSON FARÁ UM LEVANTAMENTO E ENCAMINHARÁ À DPE.

DES. JOSÉ ROBERTO – CGJ – E HÁ A POSSIBILIDADE DESSE ACORDO?

LUCIANA ALBUQUERQUE – DPE – NA VERDADE O MUNICÍPIO DE ANANINDEUA JÁ FEZ A DESAPROPRIAÇÃO PARA FINZ DE REGULARIZAÇÃO URBANA NA ÁREA. A RIGOR, COM A REGULARIZAÇÃO, ISSO DARIA FIM AO LITÍGIO. A INTERFERÊNCIA É NO RECEBIMENTO DA INDENIZAÇÃO PELO PARTICULAR.

DES. JOSÉ ROBERTO – CGJ – DEIXARIA DEPOSITADO EM JUÍZO.

LUCIANA ALBUQUERQUE – DPE – EXATAMENTE. MAS PRECISA VERIFICAR A EXISTÊNCIA DE REGULARIDADE DO TÍTULO DO PARTICULAR PARA QUE SEJA REALIZADA A INDENIZAÇÃO DE FORMA CORRETA (SE RELATIVA À PROPRIEDADE OU À NULIDADE REGISTRAL). TALVEZ A INDENIZAÇÃO SEJA DEVIDA PORÉM NÃO A NATUREZA JURÍDICA DA INDENIZAÇÃO, SE POR UMA QUESTÃO DA EXPROPRIAÇÃO OU POR UMA QUESTÃO DO VÍCIO.

MARCOS TEIXEIRA – DPU – TENHO MAIS UM PONTO DR. ESTIVERAM RECENTEMENTE FAZENDO UMA INSPEÇÃO JUDICIAL PELA JUSTIÇA FEDERAL NO QUINTA DOS PARICAS, UM EMPREENDIMENTO EM OUTEIRO COM MAIS DE 2.700 UNIDADES. TIVERAM CIÊNCIA QUE OBJETIVO DA AÇÃO ERA A REINTEGRAÇÃO DE 300 APARTAMENTOS, MAS DECOBRIRAM QUE O EMPREENDIMENTO NÃO TEM ESCRITURA PÚBLICA. RECENTEMENTE O GOVERNO FEDERAL DELIBEROU POR UMA POLÍTICA PÚBLICA DE QUITAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS DE QUEM É BENEFICÁRIO DO BOLSA FAMÍLIA E BPC, SALVO ENGANO. O PASSO SEGUINTE SERIA A CONCESSÃO DA ESCRITURA PÚBLICA SEM O ÔNUS DA CAIXA ECONÔMICA, MAS COMO NÃO EXISTE ESCRITURA PÚBLICA, ELES NÃO CONSEGUIRÃO RECEBER. QUESTIONA À ANOREG SE É COMUM ESSE TIPO DE EMPREENDIMENTO NÃO POSSUIR ESCRITURA PÚBLICA INDIVIDUALIZADA E QUE SEJA OFICIADO À CAIXA PARA QUE ELA ESCLARECESSE A SITUAÇÃO IMOBILIÁRIA DESSES EMPREENDIMENTOS E QUAL O CRONOGRAMA DE EXPEDIÇÃO DAS ESCRITURAS PÚBLICAS DESSAS PESSOAS QUE TIVERAM SUAS CASAS QUITADAS POR CONTA DESSA POLÍTICA PÚBLICA DO GOVERNO FEDERAL.

DES. JOSÉ ROBERTO – CGJ – QUER DIZER QUE NÃO TINHA O REGISTRO DA ÁREA?

MARCOS TEIXEIRA – DPU – HÁ ALGUMA PENDÊNCIA QUE TEM O REGISTRO DA ÁREA DESSES 2.700 APARTAMENTOS.

DES. JOSÉ ROBERTO – CGJ – FOI FINANCIADA PELA CAIXA ESSA OBRA?

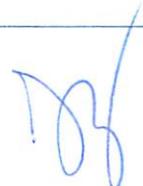
MARCOS TEIXEIRA – DPU – SIM, É O MINHA CASA MINHA VIDA, FAIXA 1, FAR. JÁ HOUE A TRANSFERÊNCIA PARA CONSTRUIR O EMPREENDIMENTO, NÃO HÁ UM PROCEDIMENTO ANTERIOR?

VANESSA MENEZES – ANOREG/CRI – FALAREI EM LINHAS GERAIS, POIS FICA DIFÍCIL DAR UM DIAGNÓSTICO SEM UMA ANÁLISE DA MATRÍCULA. EM REGRA, SE HOUE UM FINANCIAMENTO PELA CAIXA ECONÔMICA, HÁ UMA MATRÍCULA DO IMÓVEL ASSIM COMO O PARCELAMENTO. AS MATRÍCULAS DOS LOTES EXISTEM. QUE O QUE OCORRE EM SEU MUNICÍPIO, POR EXEMPLO, HOUE O LOTEAMENTO E AS CONSTRUÇÕES FORAM FINANCIADAS PELO FAR, PORÉM, EXISTE ALGUM ENTRAVE QUE INVIABILIZA A TRANSFERÊNCIA DA PROPRIEDADE AOS PARTICULARES/ADQUIRENTES: PODE SER A INADIMPLÊNCIA DO COMPRADOR (A CAIXA NÃO VAI FORNECER A QUITAÇÃO) OU SEGUNDO QUE É MUITO COMUM, DIZ RESPEITO AO PAGAMENTO DO ITBI POIS NEM TODO MUNICÍPIO TEM ISENÇÃO MUNICIPAL PARA ESSES EMPREENDIMENTOS DO MINHA CASA MINHA VIDA, FINANCIADOS PELO FAR. POSSUI EM SEU CARTÓRIO ESSA SITUAÇÃO QUE NÃO CONSEGUIE REGISTRAR PORQUE A CAIXA NÃO PAGA O ITBI E OS MORADORES SÃO DE BAIXA RENDA E NÃO PAGAM TAMBEM E NÃO HÁ ISENÇÃO MUNICIPAL. PODEM EXISTIR OUTROS DIFICULTORES DESSA SITUAÇÃO, MAS EM REGRA ESSES SÃO OS PROBLEMAS MAIS COMUM. PRECISA FAZER UMA ANÁLISE MAIS MINUCIOSA DO CASO CONCRETO POIS PODEM SER OUTROS DIFICULTADORES. NÃO TEM COMO DAR ESSE DIAGNÓSTICO SEM CONHECER TODAS AS INFORMAÇÕES DESSE CASO. SUA PREOCUPAÇÃO É QUE, COM O PASSAR DO TEMPO, FICA MAIS COMPLICADA A REGULARIZAÇÃO, PARA SABER QUEM DE FATO ESTÁ NO IMÓVEL POIS HÁ VENDAS IMOBILIÁRIAS QUE NÃO PASSAM PELO CARTÓRIO NEM PELO MUNICÍPIO. QUE SE TRATA DE UM PROBLEMA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM SENTIDO AMPLO, MAS NÃO SE TRATA DE REURB. QUE PRECISA SENTAR CONJUNTAMENTE PARA TRATAR DESSES CASOS ESPECÍFICOS COM A CAIXA E OS MUNICÍPIOS.

DES. JOSÉ ROBERTO – CGJ – PEDIU QUE A DPU FORMALIZE ESSE PROBLEMA POR E-MAIL OU DIRETAMENTE PELO PJECOR PARA QUE SEJAM LOCALIZADAS INFORMAÇÕES DE FORMA OFICIAL DIANTE DAS HIPÓTESES LEVANTADAS PELA REGISTRADORA.

VANESSA MENEZES – ANOREG/CRI – QUE ACREDITA QUE A SOLUÇÃO MAIS RÁPIDA SERIA A ISENÇÃO DO ITBI (DISPENSA), SOB O SEU PONTO DE VISTA. OU O IMÓVEL NÃO ESTÁ QUITADO, EXISTE UM DÉBITO NA CAIXA ECONÔMICA OU OUTRO ENTRAVE QUE POSSA SURGIR.

DES. JOSÉ ROBERTO – CGJ – ACREDITA QUE SEJA UM DESSES DOIS PROBLEMAS MAS NÃO SE TEM CERTEZA, POR ISSO É IMPORTANTE FORMALIZAR PARA VERIFICAR.



MARCOS TEIXEIRA – DPU – QUE A DEMANDA SURTIU PELA PROCURA POR ASSISTIDOS QUE RECEBERAM INFORMAÇÕES PELO APLICATIVO DO BOLSA FAMÍLIA OU DO BENEFÍCIO NO CELULAR SOBRE A QUITAÇÃO DO FINANCIAMENTO EM RAZÃO DO BENEFÍCIO SOCIAL E QUESTIONARAM SOBRE O RECEBIMENTO DA ESCRITURA. SUA DÚVIDA SERIA SE JÁ HAVERIA DE FATO A ESCRITURA PÚBLICA, POIS O EMPREENDIMENTO CUMPRIU TODAS AS ETAPAS, SE TEVE O HABITE-SE. O QUE IMPEDE A TRANSFERÊNCIA REGULAR. O OBJETIVO DA AÇÃO FOI JUSTAMENTE VERIFICAR ESSES 300 IMÓVEIS OCUPADOS DE FORMA IRREGULAR.

DES. JOSÉ ROBERTO – CGJ – SE O IMÓVEL É FINANCIADO PELA CAIXA, E HÁ UM CONTRATO DE FINANCIAMENTO, ESSE CONTRATO POR FORÇA DE LEI VALE COMO ESCRITURA, NÃO É?! AGORA PARA BAIXAR O GRAVAME PRECISA DO TERMO DE QUITAÇÃO QUE DEVE SER EMITIDO PELA CAIXA OU VER ESSA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL. QUE DESCONHECE.

VANESSA MENEZES – ANOREG/CRI – NORMALMENTE A LEGISLAÇÃO ESTABELECE AS REGRAS E TEM QUE SEGUIR TODOS OS PASSOS. NÃO PODEM DISPENSAR O PAGAMENTO DE IMPOSTOS ESTABELECIDOS PELA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL, POIS NÃO PODE REGISTRAR SEM ELE.

DES. JOSÉ ROBERTO – CGJ – AQUI EM BELÉM TEM A REMISSÃO DO IPTU, NÃO SABE SE TEM A DE ITBI PARA AQUELES QUE NÃO PODEM PAGAR.

VANESSA MENEZES – ANOREG/CRI – MUITOS MUNICÍPIOS TÊM. BREU BRANCO, POR EXEMPLO, NÃO TEM. MARABÁ ACHO QUE TEM. ANANINDEUA TAMBÉM, NORMALMENTE A ISENÇÃO ESTÁ LIGADA AO FAR E AO MINHA CASA MINHA VIDA.

DES. JOSÉ ROBERTO – CGJ – ENTÃO SOB ESSA PERSPECTIVA, NÃO É UMA QUESTÃO DE IRREGULARIDADE DENTRO DO EMPREENDIMENTO, MAS SIM MAS BUROCRÁTICA, EM REGRA. É IMPORTANTE A FORMALIZAÇÃO.

VANESSA MENEZES – ANOREG/CRI – NÃO EXCLUI A POSSIBILIDADE SE EXISTIR UMA IRREGULARIDADE.

DES. JOSÉ ROBERTO – CGJ – NESSE CASO PODERIA CABER UMA REURB.

VANESSA MENEZES – ANOREG/CRI – SIM, CABERIA.

DES. JOSÉ ROBERTO – CGJ – ALGUÉM MAIS DESEJA FALAR? PROF. GIROLAMO.

PROF. GIROLAMO – SUGERE PONTO DE PAUTA PARA A PRÓXIMA REUNIÃO, SEJA NA REURB URBANA OU RURAL, COM A DEFINIÇÃO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO ATRAVÉS DA DEFINIÇÃO DA LINHA DO PREAMAR MÉDIO AINDA PRECISA SER FEITO. COMO FORAM REALIZADAS AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS, SERIA IMPORTANTE A SPU INFORMAR COMO ESTÁ ESSE LEVANTAMENTO, POIS ISSO INTERFERE

DE FORMA MUITO SIGNIFICATIVA NA DEFINIÇÃO DO QUE É URBANO E O QUE É RURAL.

DES. JOSÉ ROBERTO – CGJ – LAMENTOU A SAÍDA DO SUPERINTENDENTE EM RAZÃO DE OUTRO COMPROMISSO, MAS DEPOIS VAMOS CONVERSAR.

GABRIEL NATÁRIO - ASSESSOR JURÍDICO/ITERPA – SUGERE, A PEDIDO DO PRESIDENTE DO ITERPA, QUE O TRIBUNAL COOPERE NA IDENTIFICAÇÃO DAS MATRÍCULAS QUE ESTÃO SENDO ABERTAS E SUA DOMINIALIDADE ATRAVÉS DOS PROCEDIMENTOS QUE ESTÃO CHEGANDO AOS CARTÓRIOS. QUE O SISTEMA SICARF ESTÁ AVANÇANDO OBJETIVANDO UNIFICAR O PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO NO ESTADO, AJUDANDO OS CARTÓRIOS, A FIM DE CONSEGUIR MAIS DINÂMICA E EFICIÊNCIA. COLOCAR NA PAUTA PARA QUE NA PROXIMA REUNIÃO APRESENTEM NOVAMENTE A PLATAFORMA PARA O GRUPO SOBRE O SICARF, MAS NO MÓDULO REURB, PARA AJUDAR OS CARTÓRIOS NO PROCESSAMENTO DA CRF E DIRIMIÇÃO DE DÚVIDAS.

DES. JOSÉ ROBERTO – CGJ – MAIS ALGUÉM? SENÃO JÁ FICA DEFINIDA A PRÓXIMA REUNIÃO 05.03, ÀS 10:30H.

MARCOS SOLANO – FAEPA – DESEJA FAZER APENAS UMA OBSERVAÇÃO PARA REFLEXÃO. CITOU O PROF. PARAGUASSU ELERES EM PALESTRA NA OUVIDORIA AGRÁRIA REALIZADA HÁ CERCA DE DOIS ANOS, NA QUAL TRATOU SOBRE A LPN DE 1831. UMA DAS OBSERVAÇÕES DELE FOI A INDICAÇÃO DE QUE O ÚNICO ESTADO QUE TERIA O EQUIPAMENTO ADEQUADO PARA AFERIR A LPN ERA O RIO DE JANEIRO. QUESTIONOU OS PARÂMETROS DA DISCUSSÃO DOS CRITÉRIOS DA LPM ATUALMENTE. RESSALTOU QUE O TERRITÓRIO MUDOU BASTANTE, COM ILHAS QUE NÃO SÃO MAIS ILHAS, ETC. A EXPANSÃO DO TERRITÓRIO DO ESTADO DO PARÁ NO QUE SE REFERE À LPN É MUITO SIGNIFICATIVO. PEDIU REFLEXÃO POIS O QUE ERA 40% DO TERRITÓRIO NA DÉCADA DE 80, SEGUNDO AS INFORMAÇÕES DO DR RICARDO NA ÚLTIMA REUNIÃO NÃO CHEGARIA A 25%, QUE NÃO SABE SE JÁ CHEGAREMOS A 20% DE TERRITÓRIO PARAENSE EFETIVO. ISSO É PREOCUPANTE.

DES. JOSÉ ROBERTO – CGJ – REALMENTE. SE NÓS QUE AQUI VIVEMOS NÃO NOS IMPORTAMOS COM A NOSSA TERRA, QUEM SE IMPORTARÁ?

MARCOS SOLANO – FAEPA – O PROBLEMA É QUE ELA ESTÁ TODA OCUPADA. SÃO MAIS DE 8 MILHÕES DE PESSOAS, TEMOS OS RIBEIRINHOS E UMA POPULAÇÃO DIVERSA. UMA QUESTÃO IMPORTANTE É QUE NEM EM BELÉM DO PARÁ AS LEGUAS ESTÃO PACIFICADAS.

DES. JOSÉ ROBERTO – CGJ – DAÍ A IMPORTÂNCIA A DISCUSSÃO DA SPU COM A CODEM E A UFPA, PARA QUE ESSA QUESTÃO DA CAPITAL SEJA RESOLVIDA E DE LÁ SE CAMINHE TAMBÉM PARA OS OUTROS MUNICÍPIOS. É ALGO QUE ESTAMOS TRABALHANDO NESSA SOLUÇÃO.

MARCOS SOLANO – FAEPA – FICA A SUGESTÃO PARA VOLTAR E NÃO PARA ENTREGAR O TERRITÓRIO PARAENSE. PEÇO UMA REFLEXÃO.

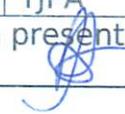
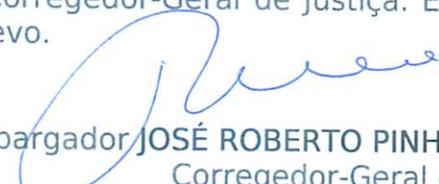
DES. JOSÉ ROBERTO – CGJ – OK. PODE SER ENTÃO 05.03, ÀS 10:30H? AGRADECEU A BOA VONTADE E O ESFORÇO DE TODOS SEM OS QUAIS NÃO SERIA POSSÍVEL ALCANÇAR ESSE AVANÇO.

A REUNIÃO ENCERROU-SE ÀS 12:20.

APROVADA, PELOS PRESENTES, A ATA DA ÚLTIMA REUNIÃO.

A GRAVAÇÃO DESTA REUNIÃO ENCONTRA-SE DISPONÍVEL NO LINK:  
<https://ovr.video/5d89e8>

TAREFAS A SEREM CUMPRIDAS	RESPONSÁVEL	PRAZO FINAL
1. ENCAMINHAMENTO DO ACT ENTRE UFPA, SPU E CODEM À BRASÍLIA	SPU	IMEDIATO
2. REALIZAÇÃO DE CONTATO COM O CNJ PARA INFORMAR SOBRE O ENVIO DA PROPOSTA DE ACT ENTRE A SPU, UFPA	CGJ	IMEDIATO
3. REUNIÃO ENTRE A UFPA E A SPU PARA DEFINIÇÃO DOS DETALHAMENTOS DO PLANO DE TRABALHO DO ACT ENCAMINHADO À BRASÍLIA	SPU/UFPA	IMEDIATO
4. INFORMAÇÃO ATUALIZADA SOBRE OS MUNICÍPIOS QUE ADERIRAM AO PROJETO REGULARIZAR E MOBILIZAÇÃO PARA ENVIO DE INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS REURBS JÁ INSTAURADAS E PROJEÇÕES DE TÍTULOS REGISTRADOS QUE SERÃO ENTREGUES	CGJ	PRÓXIMA REUNIÃO
5. OFICIAR À ANOREG/PA PARA QUE VERIFIQUE A POSSIBILIDADE E ESTIMULE OS CARTÓRIOS DE REGISTRO DE IMÓVEIS A ENVIAREM, AO ITERPA, OS SHAPES E OS PROJETOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA PROTOCOLADOS PELOS MUNICÍPIOS PARA VERIFICAÇÃO DE COMPATIBILIDADE E DE EVENTUAIS SOBREPOSIÇÕES	CGJ	CINCO DIAS
6. OFICIAR AOS MUNICÍPIOS E AOS CARTÓRIOS DE SANTA IZABEL E DE MARITUBA PARA QUE FIRMEM TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA PARA VIABILIZAR SOLUÇÕES PARA O ALINHAMENTO DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DO BAIRRO CANAÃ (MARITUBA) EM RAZÃO DA DOMINIALIDADE E COMPETÊNCIA REGISTRAL	CGJ	CINCO DIAS
7. FORMALIZAÇÃO DOS PROBLEMAS EXISTENTES COM AS ÁREAS FEDERAIS NO	IDURB/CANAÃ DOS CARAJAS	CINCO DIAS

MUNICÍPIO PARA ENCAMINHAMENTO E LEVANTAMENTO JUNTO À SPU			
8. DEVOLUTIVA SOBRE A DEFINIÇÃO DA DOMINIALIDADE E DEMAIS DESDOBRAMENTOS ENVOLVENDO A COMUNIDADE DE SAPUCAIA	DPE/CODEM	PRÓXIMA REUNIÃO	
9. FORMALIZAÇÃO DO PROBLEMA IDENTIFICADO NO RESIDENCIAL QUINTA DOS PARICAS PARA LEVANTAMENTO DAS INFORMAÇÕES QUE ESTARIAM DIFICULTANDO OU IMPEDINDO A ENTREGA DAS CERTIDÕES DE REGISTRO DOS IMÓVEIS DOS BENEFICIÁRIOS SEM O ÔNUS DO FINANCIAMENTO JÁ QUITADO PELO GOVERNO FEDERAL.	DPU	CINCO DIAS	
10. INFORMAÇÃO SOBRE COMO ESTÁ O LEVANTAMENTO DA LPM APÓS AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS JÁ REALIZADAS	SPU	PRÓXIMA REUNIÃO	
11. APRESENTAÇÃO DO SICARF - MÓDULO REURB	ITERPA	PRÓXIMA REUNIÃO	
<b>PROXIMAS REUNIÕES</b>			
Data: 05.03.2024	INÍCIO: 10H30	FIM: 12H	LOCAL: SALA MULTIUSO DO ANEXO 1 - TJPA
Nestes termos, nada mais havendo, foi lavrada a presente ata a qual, após lida, foi assinada pelo Corregedor-Geral de Justiça. Eu,  Monique Soares Leite, digitei e subscrevo.			
 Desembargador <b>JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JÚNIOR</b> Corregedor-Geral de Justiça			